

CARGAS DE TRABALHO E SEU IMPACTO SOBRE A SAÚDE: ESTUDO DE CASO EM QUATRO INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM PORTO ALEGRE

WORKLOADS AND THEIR IMPACT ON HEALTH: CASE STUDY AT FOUR FINANCIAL INSTITUTIONS IN PORTO ALEGRE

Paulo Antônio Barrros Oliveira

Médico do Trabalho, Professor Adjunto de Medicina Social da FAMED/UFRGS

Auditor-fiscal do Trabalho – DRT/RS - E-mail: pbarros@ufrgs.br

Jaqueline Cunha Campello

Médica do Trabalho, Mestre em Ergonomia (UFRGS)

RESUMO

Este trabalho estuda as relações causais entre cargas de trabalho classificadas em organizacionais, psicossociais, físico-ambientais e posturais/do mobiliário e os seus efeitos enquanto determinantes de desgaste/adoecimento entre os trabalhadores bancários. Tem como objetivo avaliar o “peso” e a hierarquia de cada fator ou grupo de fatores causais para a produção do efeito sobre a saúde. Na metodologia, valoriza a percepção coletiva dos trabalhadores acerca de suas condições de trabalho e saúde, entendendo-os como os sujeitos sociais mais habilitados para revelar o essencial a ser transformado. O estudo foi realizado através da aplicação de um questionário sigiloso e auto-aplicado, respondido por 1518 trabalhadores, dentre estes 1087 bancários, 192 estagiários e 230 terceirizados, distribuídos entre dois Bancos Públicos e dois Privados. O desgaste/adoecimento foi analisado através de estatísticas descritivas e analíticas, pelas diferenças de médias, Análise de Variância – ANOVA, Teste Duncan, Teste Exato de Fisher com Simulação de Monte Carlo, Regressão Linear Múltipla, Coeficientes de Pearson e de Determinação. Entre os achados com significância estatística, a maior intensidade de desgaste/adoecimento percebida ocorreu nos bancários do Público A e do Privado C, no sexo feminino, na função de caixa, da faixa etária entre 40 a 49 anos, entre bancários com tempo de banco acima de dois anos e jornadas de trabalho entre 8 e 10 horas. Constatou-se que as cargas de trabalho do tipo organização do trabalho e psicossociais, impactam muito mais o desgaste/adoecimento comparativamente às físico-ambientais e posturais/do mobiliário, especialmente no Banco Privado Grande D, que é mais moderno e reestruturado. Conclui-se que as cargas de trabalho são hierarquicamente distintas e que a reestruturação produtiva no sistema bancário incrementa grandemente os riscos à saúde dos trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE

Saúde do trabalhador. Carga de trabalho. Riscos ocupacionais. Condições de trabalho.

ABSTRACT

This paper studies the causal relations between workloads classified in organizational, physico-social, physical-environmental and postural/furniture-related, and their effects, as determinants of wear/illness among banking workers. The paper has the aim to evaluate the “weight” and the hierarchy of each causal factor or group of causal factors for the production of effects on health. In the methodology, the paper values the collective perception of workers regarding their working conditions and health, taken as social subjects more capable to reveal the essence that has to be transformed. The study was conducted through the application of a confidential and self-applied questionnaire, responded by 1518 workers, among which there were 1087 bank workers, 192 trainees and 230 contractors, distributed among two Public Banks and two Private Banks. The wear/illness was analyzed through descriptive and analytical statistics, by the differences in the averages, Variance Analysis – ANOVA, Duncan Test, Fisher Exact Test with Monte Carlo Simulation, Multiple Linear Regression, Pearson Coefficients and Determination Coefficients. Among the findings with statistical significance, the highest intensity of wear/illness perceived occurred in the bank workers of the Public Bank A and the Private Bank C, females, in the position of cashier, age ranging between 40 and 49, and among bank workers working at the bank for over two years, and working schedules between 8 and 10 hours. We found that the workloads of the work organization and psycho-social types impact the wear/illness much more, in comparison with the physical-environmental and postural/furniture-related ones, especially at the Large Private Bank D, which is more modern and better structured. The conclusion is that the workloads are hierarchically distinct and that the productive restructuring in the banking system highly increments the risk to the health of the workers.

KEY WORDS

Occupational health. Workload. Occupational risks. Working conditions.

INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho sofreu transformações de grandes dimensões em curtíssimo espaço de tempo, de forma mais drástica, a partir da década de 90, as quais determinam mudanças de grande impacto sobre os trabalhadores em geral, tendo sido o setor bancário um dos mais atingidos. Neste contexto, os bancos incorporaram grandes avanços tecnológicos com a automatização em larga escala, aliados aos programas de “qualidade total”, “remuneração variável”, terceirização e subcontratação, do que resultam altíssimos níveis de intensificação do trabalho e de aumento da produtividade. O conjunto dos fatores determina altos níveis de desemprego e a concomitante precarização do emprego remanescente. A ameaça constante da perda do vínculo empregatício faz com que os “novos” bancários, oriundos ou sobreviventes dos processos de reestruturação, comumente submetam-se à alta sobrecarga de trabalho, à tensão continuada pelo cumprimento de metas, à rígida disciplina e a jornadas extenuantes, o que tem um alto custo para a saúde física e mental desses trabalhadores (JINKINGS, 2002; SELIGMANN-SILVA, 1994).

Neste contexto difícil e complexo, inclusive de retrocesso das conquistas dos trabalhadores, é que se coloca o trabalho de saúde do Sindicato dos Bancários, no qual se inseriu a presente pes-

quisa. Dentro da perspectiva do processo de valorização capitalista, de extração de máximo excedente ou de lucro do trabalho humano, a problemática do desgaste/ adocimento relacionados ao trabalho é tema que não tem sido de interesse dos bancos.

O Sindicato dos Bancários depara-se, assim, com uma situação em que as relações entre saúde e trabalho são mais freqüentemente ocultadas. O relacionamento da entidade representativa dos trabalhadores com os bancos, no relativo às questões de saúde, é normalmente difícil, situação que tem piorado nos últimos anos, inclusive nos bancos públicos. Vemos, por exemplo, que alguns bancos reestruturados, que realizaram mudanças em seus mobiliários, costumam, através de seus representantes oficiais e mesmo de seus médicos do trabalho, afirmar que a atividade laboral bancária é desprovida de riscos para a saúde. Desta maneira, não admitem e não registram casos de doenças relacionadas ao trabalho, sejam relativos a patologias físicas ou mentais.

Da mesma forma, quando as condições ambientais ou de trabalho e saúde são pesquisadas a serviço das empresas, como nos relatórios obrigatórios do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Prevenção de Risco Ambiental (PPRA), as metodologias adotadas, inclusive nos exames médicos, não têm sido adequadas para revelar a verdadeira pro-

blemática dos trabalhadores. No caso dos relatórios das Normas Regulamentadoras, estes resumem-se à apresentação de aspectos físicos e ambientais, não dando espaço e importância para as cargas de trabalho do tipo organizacionais e psicossociais, aquelas que, na percepção dos trabalhadores e do sindicato, mais impactam o desgaste/ adoecimento.

Coloca-se, assim, a importância das ações e pesquisas originadas a partir da demanda dos trabalhadores organizados, entre as quais se inclui a presente pesquisa. São trabalhos científicos que valorizam a percepção do conjunto dos trabalhadores sobre a sua atividade e buscam dar expressão à fala coletiva destes, reconhecidamente os atores sociais que melhor “entendem” o trabalho que desenvolvem (GUÉRIN, 2001). É esta fala que revela o que é essencial a ser transformado. Tais conhecimentos, essenciais ao Sindicato e relativos à sua base, deixariam de ser produzidos e demonstrados se não houvesse a iniciativa sindical.

Baseando-se em informações sobre as cargas de trabalho e seus efeitos, o sindicato busca obter mais informações e respaldo técnico para negociar com os bancos, o que inclui denúncias e acordos com a participação de instâncias competentes, como o Ministério Público do Trabalho.

A importância específica dos fatores da organização do trabalho e psicossociais, bem como a sua preponderância sobre os físico-ambientais e os posturais e do mobiliário, é um tema já destacado por muitos ergonomistas, entre os quais Lima (1998) e Guérin (2001). A pesquisa, retornando à discussão deste tema, foi realizada com a utilização de um Banco de Dados grande e muito rico em informações, até o presente momento, com mais de 1500 trabalhadores tendo respondido o instrumento de pesquisa.

O avanço da pesquisa atual em relação às anteriores já realizadas pelo sindicato de Porto Alegre, entre as quais destaca-se o Censo Bancário do Rio Grande do Sul (SINDICATO..., 1997), que também buscaram explicitar relações causais

entre o trabalho e o adoecimento, está na metodologia e nos recortes propostos. O instrumento atual permite análises não apenas descritivas, mas de inferência causal, bem como a determinação da importância dos fatores determinantes do adoecimento. Representa ademais um avanço na busca de uma metodologia e de um instrumental que possam ser utilizados pelo sindicato em um processo contínuo de Vigilância em Saúde do Trabalhador, sempre buscando o estudo dos nexos causais coletivos, um tema amplo e inesgotável.

Resumidamente, pode-se dizer que a importância e atualidade do tema são decorrentes do fato de que, a partir deste conhecimento relativo a como as “cargas” articulam-se para gerar o desgaste e o adoecimento, tem-se a possibilidade buscar a implementação de ações preventivas visando à redução da prevalência e da gravidade do acometimento. Desta forma, abre-se espaço para denúncias e negociações com os bancos, intermediadas ou não por órgãos fiscalizadores.

O desenvolvimento de ações em saúde do trabalhador é também entendido como uma “ferramenta estratégica para a construção de contrapoderes visando transformações sociais” (NETZ; SALLES MACHADO). O tema da saúde/doença, sendo valorizado e entendido pela base dos trabalhadores, é percebido como capaz de desvelar formas de exploração do trabalho que repercutem, gerando sofrimento e adoecimento. Esta apropriação da realidade propicia a atuação dos trabalhadores como atores sociais, abrindo-se espaço para resistência e luta por melhores condições de vida. Nesta forma, os resultados da pesquisa, mesmo parciais e específicos para os bancos analisados, já têm sido utilizados para a reflexão e conscientização da categoria. Ou seja, são utilizados na construção de conhecimento, para criação de espaços de convivência, para o debate e participação e a interação entre o sindicato e sua base, de forma que sejam capazes de desenvolver consciência crítica e de “colocar em movimento” os trabalhadores sofridos e explorados. (CAMPELLO, 2002;

OLIVEIRA, 2001; NETZ; SALLES-MACHADO). Através de ações ofensivas grupais ainda busca-se criar estratégias de resistências coletivas que superem os limites das defesas individuais, constituindo uma alternativa à depressão e ao sofrimento de indivíduos isolados (MERLO, 1999).

A presente pesquisa, portanto, insere-se dentro de uma preocupação sindical de atualizar constantemente os dados sobre as condições de trabalho e implicações sobre a saúde, de “vigiar” constantemente a realidade de trabalho, através de uma periódica busca de informações entre a coletividade dos trabalhadores. O entendimento de vigilância adotado é o de busca de atitudes sistemáticas de coleta, análise e disseminação de dados, com o objetivo de gerar informação para ação. Os resultados devem gerar uma intervenção sobre determinantes e condicionantes dos problemas detectados a partir do conhecimento dos trabalhadores. Isto implica um compromisso e uma responsabilidade de, tanto quanto possível, solucionar problemas e melhorar condições de vida dos trabalhadores (MACHADO, 1997; SATO, 1996).

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA BANCÁRIA, O PANO DE FUNDO

Na década de 90, os bancos protagonizaram muitos ajustes na busca de crescentes reduções de custos operacionais e aumento da lucratividade, que alteraram grandemente as formas de organização do trabalho. São aplicadas medidas de racionalização e reestruturação das atividades, com programas de reengenharia que determinam a minimização de custos com pessoal, com fusão de postos de trabalho, redução de níveis hierárquicos, polivalência, além de programas de terceirização da mão de obra. Também são criados Programas de Qualidade e de Remuneração Variável, sempre na perspectiva da maximização dos resultados. O conjunto de medidas, com a mu-

dança do perfil e vínculo dos trabalhadores, alto investimento em avanços de automação, além dos Programas de Qualidade Total e Remuneração Variável constitui-se nas bases da reestruturação produtiva do setor bancário. Têm como consequência desemprego massivo, subcontratação, intensificação e precarização do trabalho (SEGNI- NI, 1999).

Nos anos 90 os bancos aprofundam a automação bancária, com a transferência eletrônica dos dados das agências para residências, lojas ou empresas, ao mesmo tempo que também se difunde o uso da leitura óptica dos cheques, a compensação eletrônica, o uso dos cartões magnéticos, o sistema de auto-atendimento. As máquinas de leitura óptica permitem ainda maior produtividade ao trabalho do Caixa, dispensando os serviços redundantes, entre os quais grande parte dos serviços de retaguarda, que passam a ser fechados (JINKINGS, 2002).

As mudanças tecnológicas, gerando alta produtividade do trabalho, e também a implantação da visão do bancário polivalente, habilitado a atender o cliente em todas as suas necessidades, entre outras estratégias, levam os bancos a dispensar massivamente empregados caracterizados como excedentes. O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE (2000) contabilizou que foram perdidos cerca de 415 mil postos de trabalho desde o início dos anos 90 até 1999, reduzindo a categoria de 815 mil bancários para 400 mil. Os excedentes são oriundos dos fechamentos ou fusões de agências, da extinção de serviços ou setores inteiros, como o de processamento de dados e de compensação. As funções mais atingidas são as de escriturário e auxiliar, que se reduziram quase à metade, seguidas pela de caixa. Também decrescem as chefias intermediárias.

Como parte dos ajustes externos direcionados ao público, os bancos também adotam novas estratégias para o desenvolvimento e venda de produtos e serviços e implementam a segmenta-

ção de sua clientela. Quanto à figura do bancário, estabelece-se a cultura do funcionário em contato com o cliente, o bancário-vendedor, empenhado na qualidade do atendimento e no tratamento personalizado ao cliente de maior poder aquisitivo (LARANJEIRA, 1997; SEGNINI, 1999, JINKINGS, 2002).

Ao mesmo tempo em que dispensam os empregados com emprego formal, vão substituindo-os por outras formas de relação de trabalho precarizadas, em forma de serviço terceirizado, de tempo parcial, ou pela contratação de estagiários. O objetivo é flexibilizar a jornada, a remuneração e os direitos sociais. Disseminam-se formas de subemprego, através da terceirização, trabalho por tarefas, por tempo parcial e mão-de-obra de estagiários, os quais, em alguns locais de trabalho, superam numericamente os empregados regularmente contratados (JINKINGS, 2002).

Para os trabalhadores terceirizados, segundo Segnini (1999), a precarização da relação de emprego faz sentir-se pelas jornadas mais longas com salários bem mais baixos, a duração contratual da jornada freqüentemente sendo desrespeitada, ainda somando-se a incerteza permanente sobre a manutenção do emprego (SEGNINI, 1999; JINKINGS, 2002).

Com relação ao bancário com vínculo formal, o emprego torna-se incerto, provisório, havendo perda de direitos sociais anteriormente conquistados, ainda mais nos bancos públicos. A rotatividade e o medo do desemprego são estratégias utilizadas para estimular a produtividade e o cumprimento de metas impostas. Nos novos padrões produtivos, conforme Segnini (1999), não há mais a carreira assegurada, substituída por um quadro instável, o emprego vinculado a qualidades como colaboração, engajamento e resultados.

As drásticas transformações da década de 90 no trabalho bancário trazem também, em seu bojo, novas relações de poder ou padrões de dominação, tendo como instrumentos principais os programas de “qualidade total” e a remuneração variável.

Os programas de qualidade, conforme Jinkings, 2002, visam à implementação de padrões de excelência dos serviços em agências, padrões de atendimento, a busca da racionalização das atividades, monitorização de erros, formação de grupos de trabalho ou equipes de qualidade para propor soluções aos problemas constatados. Através dos discursos dos programas de qualidade, os bancos implantam modos mais sutis de dominação, em substituição às relações hierárquicas rígidas das formas tayloristas de produção, sendo a autoridade direta da chefias substituída pela autoridade difusa do mercado capitalista.

A partir de meados da década de 90, quase todos os bancos, exceto um grande banco privado, também instituem o sistema de remuneração variável, que vem representando um percentual crescentemente maior do salário. Sendo a parte fixa cada vez menor, os empregados tornam-se mais dependentes da parte variável. Esta parcela flexível é relacionada à produtividade e ao alcance de metas, normalmente articulando elementos diversos, ou seja, a rentabilidade líquida do banco, os resultados da área ou da equipe em que está alocado o funcionário e a avaliação individual do empregado (JINKINGS, 2002).

Os programas de remuneração por produtividade, conforme a análise de vários autores, têm importante repercussão sobre a extensão das jornadas de trabalho, levando, com freqüência, a jornadas extenuantes e ainda deteriorando as relações interpessoais entre colegas. Na medida em que a remuneração depende do desempenho grupal ou do setor, o programa gera controle de todos sobre a atividade de cada um, o que leva a uma grande competitividade. Também as metas são elaboradas de forma unilateral, pela direção do banco, sendo autoritárias, com alguma freqüência inatingíveis. As classificações de desempenho dos bancários, que determinam o pagamento dos adicionais, são definidas de forma autoritária, sendo perpassadas por componentes subjetivos, tudo contribuindo para altos níveis de tensão e estres-

se permanente.

No caso dos bancos públicos, a reestruturação produtiva também modifica de forma drástica as condições de trabalho, nestes bancos ocorrendo o fechamento de centrais de serviços e agências, corte de pessoal, divulgação de listas de bancários considerados excedentes, transferências compulsórias, além de planos de demissão, alguns deles intitulados como “voluntários”. As mudanças, em seu conjunto, configuraram-se num gradativo desmonte de um sistema de direitos trabalhistas e salariais conquistados em décadas de mobilização dos trabalhadores, disseminando o medo e a tensão nos ambientes de trabalho (JINKINGS, 2002). Na mídia, a política de desmonte é auxiliada pelo discurso neoliberal de que os funcionários públicos são fardos indesejáveis, sendo ao mesmo tempo improdutivos e caros (LAZAROTTO, 2002).

Palavras de ordem como flexibilização, produtividade, competitividade e globalização anunciam a inevitabilidade das mudanças (GRISCI, 2002). Os trabalhadores passaram a ser exigidos e avaliados por chefias, gestores e o próprio grupo a que pertencem em relação a desempenho, conduta, qualificação e habilidades. Coloca-se a imposição para a adesão ao conteúdo do discurso da modernidade, este apresentado como uma nova realidade conjuntural, maior e inexorável, única alternativa para a sobrevivência do próprio banco no novo cenário de competitividade. As cobranças de metas individuais e grupais, somadas às listas de excedentes, determinam ansiedade, medo, competição pela permanência no emprego, extinguindo grande parte da solidariedade entre os colegas (LAZZAROTTO, 2002; GRISCI, 2002; JINKINGS, 2002).

A lógica das mudanças, conforme Grisci (2002), é constituída de três aspectos básicos que estão na conformação do sofrimento dos trabalhadores, ou seja, a inevitabilidade, a instantaneidade e a intensidade. A inevitabilidade da reestruturação deixa os trabalhadores temerosos quanto à sua adaptação, capacidade de aprendizado,

de qualificação, de ajuste às novas tecnologias, aos ritmos e à extensão das jornadas e à possibilidade concreta de perder suas posições. A instantaneidade diz respeito à altíssima velocidade das mudanças, que não permitem aos sujeitos do trabalho experimentar um tempo de transição entre o novo e o antigo, entre o conhecido e o desconhecido. Os eventos se sucedem em grande intensidade, dada à concentração e profundidade das mudanças.

As mudanças e sua velocidade, em boa parte relacionadas à implantação de novas tecnologias, são ainda mais perversas para os empregados mais antigos. A longa experiência anterior como bancário deixa de ser um “diferencial”, sendo, até mais freqüentemente, considerada como um dificultador para a adaptação às novas exigências. Esses trabalhadores são, então, desprendidos de sua história, perdendo suas referências, seu mundo de sentidos e se tornam vulneráveis. São levados a experimentar uma angústia e o luto relativamente à vivência de acontecimentos ameaçadores, a perda do modo de trabalhar, da qualificação e da própria auto-referência da profissão, com as incertezas quanto ao seu próprio futuro e o da família (GRISCI, 2002).

MATERIAL E MÉTODO

A pesquisa e seu instrumental, até o presente momento, foram aplicados em quatro bancos, dois públicos e dois privados. Entre os públicos, um tem inserção predominante no estado do Rio Grande do Sul, o outro é nacional. Quanto aos bancos privados, um é pequeno, estando presente basicamente nas regiões Sudeste e Sul, e outro é de grande porte e nacional.

A pesquisa utilizou um delineamento de corte transversal ou seccional, modalidade de estudo que é também denominada de prevalência, sendo o mesmo não controlado, do tipo descritivo e analítico.

O universo de estudo foi composto pela tota-

lidade dos bancários da base do sindicato dos bancários de Porto Alegre e região, vinculados às quatro instituições financeiras selecionadas. Os instrumentos foram aplicados na quase totalidade das agências de cada banco e em alguns setores internos. Em cada local de trabalho, entregam-se os questionários para todos os trabalhadores, incluindo-se estagiários e terceirizados.

A coleta de dados, nos bancos públicos, ocorreu no primeiro semestre de 2002. No banco privado de pequeno porte, foi realizada no segundo semestre de 2002 e, no privado de grande porte, em meados de 2004.

O tamanho da amostra, para cada banco, foi calculado para atender o objetivo de obter associações entre cargas de trabalho e sintomas ou diagnósticos de saúde de alta prevalência na população geral. Para o cálculo do tamanho da amostra, considerou-se um nível de confiança de 95% e um erro de 5%, sendo que as amostras obtidas em todos os bancos satisfizeram os parâmetros de confiança e erro estipulados. Não se calculou tamanho da amostra para estagiários e terceirizados, uma vez que não tínhamos a informação do número total desses trabalhadores para todos os bancos.

O total de questionários colhidos nas quatro instituições analisadas, incluindo-se bancários, estagiários e terceirizados, foi igual a 1551. No total, 33 foram excluídos por preenchimento inadequado, com muitas questões não respondidas, restando um total de 1518 questionários.

Para a aplicação dos questionários, estes foram distribuídos aos trabalhadores nos locais de trabalho através de dirigentes sindicais, em alguns locais auxiliados por delegados sindicais, cipeiros ou outros colaboradores, que explicavam aos trabalhadores os objetivos da pesquisa. Foram devolvidos aos diretores do sindicato nos dias seguintes ao da entrega.

O instrumento aplicado tinha uma página de rosto, explicativa dos objetivos do trabalho, ambos apresentados no anexo. Na capa ressaltou-se

que os questionários individuais seriam tratados com sigilo, não sendo necessária a identificação dos respondentes, sendo que apenas as estatísticas coletivas seriam divulgadas.

Os dados foram digitados no programa Epi-Info (DEAN et al., 1994) e, para fins de análise, o Banco de Dados foi importado para o programa SPSS (SPSS INCORPORATION, 1997), onde foi analisado.

O instrumento ou questionário utilizado foi construído a partir de uma revisão coletiva dos instrumentos e resultados de trabalhos anteriores, principalmente os dados da pesquisa intitulada Censo Bancário do Rio Grande do Sul (SINDICATO..., 1997), nos quais o levantamento sobre riscos e problemas de saúde da categoria foi levantado de forma tanto aberta, através de listas. No trabalho atual, optou-se por listar aqueles elementos revelados como de maior prevalência nestas pesquisas anteriores. Também em decorrência da percepção de um significativo aumento da casuística e da gravidade de casos de estresse relacionado ao trabalho, optou-se por analisar este quadro mais detidamente, através da aplicação de um protocolo específico.

No relativo ao conteúdo do questionário, este abordou características demográficas, tais como gênero, idade e escolaridade. Na caracterização da inserção ocupacional, pesquisou o banco de vínculo, a agência ou departamento, além do tempo de empresa. Analisou ainda a existência de atividade concomitante, o cargo e a jornada de trabalho, a ocorrência de acidentes de trabalho e, nestes casos, também perguntou se ocorreu ou não a emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT.

A seguir, o instrumento avaliou a percepção dos trabalhadores sobre a intensidade das cargas de trabalho a que estão submetidos e também identificou a morbidade, através da informação da presença de queixas de saúde ou diagnósticos. As cargas de trabalho foram analisadas segundo a sua classificação em quatro tipos, ou seja, cargas da organização do trabalho, psicossociais, físico-

ambientais e posturais/do mobiliário.

Denominaram-se como itens constitutivos das cargas ou fatores da organização do trabalho os itens relativos à presença de volume excessivo de trabalho, inadequação numérica de pessoal, prolongamentos da jornada, pausas insuficientes, exigências de alcançar metas, exigência de repetitividade das tarefas e exigência de esforço mental.

Entre as cargas ou fatores psicossociais foram destacadas situações como atividade estressante, posturas das chefias, disputas entre colegas, condições de insegurança no emprego, remuneração ou salário inadequado, exames médicos do banco insatisfatórios e desvalorização do trabalho.

Como cargas ou fatores físico-ambientais foram levantados fatores como ventilação inadequada, ruído desconfortável, pouca ou muita luz, presença de reflexos luminosos, higienização/limpeza insatisfatória e poluentes no ambiente.

Nas cargas ou fatores posturais e do mobiliário foram referidos problemas como cadeira desconfortável ou inadequada, mesa/ balcão/ guichê desconfortável ou inadequado, exigência de manter posturas estáticas, posturas inadequadas com a cabeça, posturas inadequadas com os braços/ mãos.

O grau de importância ou interferência de fatores da organização do trabalho, psicossociais, do ambiente e do mobiliário e suas repercussões sobre a saúde foram avaliados, no questionário aplicado, através de escala de intensidade, expressa em valores discretos, de zero a sete. A referida escala foi apresentada graficamente em uma linha onde o bancário marcou com um "x" sobre o número que quantifica a sua percepção sobre a intensidade do prejuízo que cada fator causa à sua saúde. O extremo à esquerda, ou zero, representa a percepção de nenhum prejuízo à saúde e o valor sete, um prejuízo muito grande ou máximo, sendo a intensidade sempre crescente, da esquerda para a direita.

Ressalta-se que a opção metodológica referente às cargas de trabalho foi feita pela avaliação

do quanto uma determinada situação inconveniente é entendida pelo bancário como *causadora de prejuízo à sua saúde, física ou mental*. Quer dizer que não se pretendeu apenas constatar a presença e intensidade de determinado problema, uma vez que este fator, mesmo quando presente e intenso, poderia ser identificado como não prejudicial à saúde.

Quanto aos sintomas e/ou diagnósticos de saúde, o instrumento buscou a manifestação dos bancários em relação à presença ou ausência dos problemas de saúde listados. Quando da referência de queixas, solicitou-se que os bancários as classificassem, dando-lhe um peso expresso por um número, utilizando-se da mesma escala anteriormente citada, de valores escalares crescentes, variando de zero até sete. Para a quantificação da importância do sintoma ou diagnóstico, o enunciado pediu aos bancários que levassem em conta o grau de desconforto ou dor relacionada a cada queixa, a frequência do incômodo e grau de interferência na vida diária.

Integrando a lista de problemas de saúde, foram apresentados os seguintes: presença de dor/desconforto/peso/dormência ou limitação de movimentos em membros superiores; dor/queimação nas costas/pescoço; cansaço físico freqüente; estresse; ansiedade; depressão (tristeza, apatia); nervosismo; queimação no estômago/gastrite/úlcera; dificuldade de dormir; alergia, rinite alérgica; asma/chiado no peito; dificuldade de memorizar e pressão alta.

Para diagnóstico presuntivo do estresse e classificação de sua gravidade, utilizou-se um protocolo padronizado de pesquisa, denominado Teste de Lipp – Inventário de Sintomas de Stress, desenvolvido pela psicóloga Marilda Lipp (1998). O teste classifica o estresse em quatro fases, conforme o número de itens ou queixas assinalados pelo respondente. As fases são Alerta, Resistência, Quase Exaustão e Exaustão. A fase I do estresse, de Alerta, é relativa a sintomas ocorridos nas últimas 24 horas. Sete ou mais sintomas indicam um provável

estresse em fase de Alerta. Na fase II, quatro ou mais itens presentes no último mês são compatíveis com estresse em fase de resistência, e nove ou mais com estresse em fase de quase exaustão. Na fase III, nove ou mais itens assinalados, ocorridos nos últimos três meses, indicam a presença de estresse em fase de exaustão. Quando a pontuação atinge o escore mínimo de significância em mais de uma fase, é considerada a mais avançada. Se os itens assinalados forem em número menor que os indicados anteriormente em todas as fases, a pontuação geral é insignificante, o que indica inexistência de estresse (LIPP, 1998)

O questionário foi testado quanto à sua consistência interna, através do Alfa de Cronbach, que apresentou valores altos e muito satisfatórios (0,91 para questões sobre a organização do trabalho; 0,86 para cargas psicossociais; 0,95 para as do ambiente; 0,92 para as posturais e do mobiliário; 0,93 para os sintomas ou patologias, e 0,97 para todos os 41 itens sobre cargas de trabalho e sintomas), indicando que as perguntas foram bem elaboradas, julgadas de forma uniforme pelos respondentes e que a escala adotada mostrou-se adequada no aspecto do seu entendimento.

No estudo das inferências causais, as variáveis independentes ou causais são os itens relativos a cargas de trabalho divididas em cargas ou fatores da organização do trabalho, físico-ambientais, posturais ou do mobiliário e psicossociais. Outras variáveis possíveis, relacionadas ao adoecimento também foram estudadas, tais como sexo, idade, escolaridade, tempo de banco e jornada de trabalho.

Para fins de análise das cargas de trabalho e do adoecimento, criaram-se novas variáveis sínteses. Estas dizem respeito, cada uma, à média aritmética de um conjunto de itens de semelhança temática no questionário, ou seja, os fatores constituintes de cada tipo de carga de trabalho já mencionados anteriormente. As médias foram calculadas para cada indivíduo respondente, dando lugar a novas variáveis, denominadas como

médias das cargas da organização do trabalho, psicossociais, físico-ambientais e posturais/do mobiliário.

Criaram-se então cinco novas variáveis principais, todas sendo o resultado de médias aritméticas de um grupo de questões apresentadas no questionário. Na apresentação dos dados da presente pesquisa, em sua parte descritiva e principalmente na inferencial, utilizaram-se essas médias ou variáveis sínteses, de forma a possibilitar e facilitar o estudo comparativo entre as cargas de trabalho de diversos tipos.

A quinta média foi denominada como média do desgaste ou adoecimento e foi obtida a partir da média aritmética da maioria dos itens relativos a problemas e diagnósticos de saúde apresentados no questionário. Os itens escolhidos foram aqueles que tiveram as mais altas prevalências entre os trabalhadores, ou seja, cansaço físico, cansaço mental, dor de cabeça freqüente, estresse, ansiedade, depressão, nervosismo, dificuldade de dormir e de memorizar, incluindo também os sintomas musculoesqueléticos em membros superiores e nas costas/pescoço.

Para a análise da determinação das relações causais, utilizou-se a estatística analítica e inferencial, na comparação entre médias do desgaste/ adoecimento utilizou-se a Análise de Variância ou Anova, complementada com o teste de Duncan. Para o estudo do teste Lipp, relativo às fases do estresse, utilizou-se o Teste Exato de Fisher por Simulação de Monte Carlo. Para a análise das cargas de trabalho e a forma como estas determinam o desgaste/ adoecimento, usou-se a Regressão Linear Múltipla, o Teste de Correlação de Pearson e o Coeficiente de Determinação.

O estudo das médias das cargas de trabalho em relação à variável efeito desgaste/ adoecimento foi feito através do teste de Análise de Variância ou ANOVA, com nível de significância a 5%. A ANOVA verifica a existência de diferenças significativas entre as médias. Para verificar o comportamento destas médias, estabelecendo-se quais

destas diferem entre si, utiliza-se o teste de Duncan, que classifica as mesmas em grupos, conforme difiram ou não, estatisticamente, entre si.

Por ser o teste Lipp, relativo às fases do estresse, uma variável qualitativa, composta de cinco classes ou níveis, (insignificante, alerta, resistência, quase exaustão e exaustão), aplicou-se o Teste Exato de Fisher com nível de significância a 5%, por simulação de Monte Carlo. O teste permitiu distinguir quais variáveis estão impactando as classes ou níveis do Lipp. Utilizou-se o resíduo ajustado como indicador do item que “impacta” mais no Lipp.

A análise de Regressão Linear Múltipla é uma técnica estatística pela qual se avalia a relação entre variáveis, observando a capacidade de explicação de uma dada variável, dita variável resposta ou dependente, com as supostas variáveis que possam explicar o seu comportamento, ditas variáveis explicativas ou independentes.

O grau de associação entre as variáveis estudadas foi também avaliado através do teste de Correlação de Pearson (r) e o Coeficiente de Determinação, que é medido pelo quadrado do Coeficiente da Correlação ou r^2 . O valor de r^2 indica a proporção da variação de x que é explicada por y (ou vice-versa), tendo seus extremos entre 0 e 1.

RESULTADOS

Análise Descritiva da População

O questionário aplicado foi respondido por 1518 trabalhadores, dentre estes 1087 bancários, 192 estagiários e 230 terceirizados. Nove indivíduos não identificaram função bancária. Do total de 1518 trabalhadores, 509 são do Banco Público A, 556 do Banco Público B, 55 do Banco Privado Pequeno C e 390 do Banco Privado Grande D.

Constatou-se, através dos dados da presente pesquisa, que um grande contingente de trabalhadores, especialmente nos bancos públicos, não é empregado dos bancos, estes chegando a

representar entre 30 e 40%. No Banco Público A, 30% dos trabalhadores são estagiários, no Banco Público B, os trabalhadores terceirizados são percentualmente bem mais numerosos e os que têm vínculos precarizados chegam a totalizar 40%. O Banco Privado Pequeno C tem 9% de estagiários e não conta com terceirizados; o Banco Privado Grande tem 10% de terceirizados.

O grande percentual de trabalhadores sem vínculo com os bancos, especialmente nos bancos públicos, demonstra a opção destas instituições financeiras por uma mão-de-obra de menor custo, ocasionando economia com pessoal e possibilidade de flexibilidade para contratação e dispensa, de acordo com necessidades momentâneas e de mudanças do mercado.

A distribuição da população por banco, função e sexo revela que 36,2% da população de bancários são escriturários, 30,4% são caixas e 32,8% são gerências/ chefias. Os dados comparativos com pesquisas anteriores realizadas pelo sindicato, como o Censo Bancário (SINDICATO..., 1997), apontam para uma diminuição percentual de escriturários e um aumento expressivo do percentual de gerentes. Todos os bancos pesquisados, exceto o Público A, registram também uma diminuição do número de caixas, de forma concordante com os dados da bibliografia.

A literatura registra que a reestruturação produtiva dos bancos, desde a década de 80, intensificada na década de 90, ocasiona uma diminuição quantitativa dos escriturários e dos cargos intermediários, inclusive dos caixas, aumentando as funções técnicas e de gerência voltadas aos negócios e ao mercado financeiro, tornando as funções mais polivalentes. Os caixas diminuem em decorrência do deslocamento dos clientes para as máquinas de auto-atendimento, das mudanças tecnológicas que aumentam a produtividade individual e também por que, em diversos bancos, os próprios gerentes passam a exercer essas funções, atendendo os clientes em todas as suas necessidades.

Quanto à distribuição por sexo, do total de

1087 bancários da amostra, 535 ou 49,2% são do sexo masculino e 552 ou 50,8% são do sexo feminino, apenas um bancário não informou sexo. No Banco Público A e no Privado Grande D predominam as mulheres, que representam 57,0% e 56,3% da amostra, respectivamente. No Banco Público B, os homens são mais numerosos, representando 57,5%, sendo que, no Privado Pequeno C, representam 80% dos bancários. Em termos globais, relativamente a toda a amostra, pode-se dizer que as mulheres predominam como escriturárias (55%) e caixas (53%), e os homens como gerentes/ chefias (55,5%), havendo diferenças entre os bancos.

Nas funções de gerência/chefia os homens são mais numerosos, exceto no Banco Privado Grande D, onde as mulheres representam 58,6% dos bancários nestes cargos. No entanto, comparativamente à pesquisa anterior, o Censo (SINDICATO..., 1997), observa-se um aumento da participação feminina nos cargos de gerência e chefia em todos os bancos analisados, exceto no Banco C, o qual, no entanto, é atípico, pois esse banco tem uma população global quase exclusiva de homens.

Conclui-se, por fim, que, nos bancos públicos estudados persiste ainda uma significativa desigualdade na participação do sexo feminino em cargos de gerências/ chefias. Todavia, também se observa um paulatino aumento da participação feminina nos cargos de gerências/chefias entre os bancários, fenômeno demonstrado nos três grandes bancos e, de forma bem mais expressiva, no Banco Privado Grande D, o qual é o banco mais moderno e reestruturado. Estudos no setor bancário, realizados por Laranjeira (1997) e Hoefel (2002), ressaltam que o aumento do número de mulheres como gerentes ocorre em cargos “de negócios”, em que as mulheres têm sido consideradas como tendo perfil ideal para atividades de vendas, os quais exigem comportamentos, habilidades de comunicação e simpatia. O sexo feminino é conside-

rado com tendo um natural bom desempenho e talento nessas atividades, embora não represente, em geral, posições de efetivo comando.

No relativo à distribuição dos trabalhadores por idade, as médias de idade encontradas têm nítida variação entre os bancos públicos e privados. Pode-se verificar que a idade média do conjunto dos bancários da amostra, laborando em bancos públicos, é de cerca de 40 anos, dados colhidos em 2002. Mais precisamente encontrou-se, para o Banco Público A, uma média de 40,57 anos com desvio padrão de 5,29; para o Banco Público B, a média é igual a 40,03 anos, com desvio padrão de 7,39. Nos bancos privados a população é bem mais jovem, principalmente no Banco Privado Grande D, no qual a média de idade é de 29,32, com desvio padrão de 6,78, dados colhidos em 2004. No Banco Privado C, a média é de 36 anos, com desvio padrão de 7,71, os dados sendo de 2002. As mulheres, em todos os bancos, são, em média, mais jovens que os homens, sendo a diferença de idade mais ou menos de dois anos.

Os dados nos Bancos Públicos A e B, comparados com o Censo Bancário (SINDICATO..., 1997), demonstram que a população desses Bancos Públicos vem envelhecendo, com mais da metade dos bancários estando acima dos quarenta anos, praticamente não tendo havido mais ingresso de novos bancários, que apenas vem sendo substituídos por trabalhadores com vínculos precarizados, como os estagiários e terceirizados. No entanto, a faixa etária mais numerosa no Banco Privado D está entre 25 e 30 anos de idade e não tem se modificado significativamente, podendo-se concluir que o banco contrata trabalhadores jovens e os demite, normalmente, antes dos 40 anos. O emprego bancário nessa instituição financeira é, por conseguinte, temporário, o banco utilizando trabalhadores apenas no auge de suas capacidades produtivas, idade em que os trabalhadores reconhecidamente são mais capazes de suportar altas demandas de trabalho e metas, além

de pressões e estresse constantes.

A escolaridade entre os bancários é sabidamente alta, o que tem sido revelado em diversas pesquisas no setor. Estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (2001) conclui que enquanto entre os trabalhadores do conjunto dos setores produtivos têm-se apenas 20,3% dos trabalhadores com escolaridade entre *superior incompleto* e *superior completo*, no setor bancário têm-se 55,8% nas mesmas faixas. Nos bancos públicos, a faixa de escolaridade *superior completo* é maior que nos privados, sendo ainda bem mais alta no Banco Público B, que tem 56,9% dos seus empregados com curso superior completo ou pós-graduação. No Banco Público A, tem-se, ainda, um terço dos bancários apenas com segundo grau completo.

No Banco Privado D, 60,9% dos trabalhadores têm escolaridade *superior incompleta*. Ainda, 50% do total dos bancários deste banco informam estar estudando atualmente, atividade que é desenvolvida concomitantemente ao trabalho no banco. O menor percentual com curso *superior completo* nos bancos privados relativamente aos bancos públicos é, em boa parte, justificado pela idade média inferior dos bancários vinculados aos bancos privados. No entanto, também se pressupõe existir uma natural dificuldade para que estes bancários logrem finalizar seus cursos em prazo regular, tendo que conciliar jornadas de trabalho longas e desgastantes com o estudo universitário, somando-se às dificuldades de custeio, com seus salários, em média, ainda um pouco menores do que os dos bancos públicos. Todavia, o alto percentual de estudantes universitários no Banco Privado Grande D representa, também, uma exigência deste banco. Os bancários do Banco Privado D relatam que estar cursando ou ter um curso superior é elemento de pontuação na avaliação do desempenho e também significa maior possibilidade de permanência no emprego.

Quando a escolaridade é avaliada no relativo à sua distribuição por sexo e função, constata-se que o grupo das mulheres tem maior escolaridade

média, sempre com percentuais maiores do que os homens, nas faixas de escolaridade *superior completa*, exceto no Banco Privado Grande D. Neste último, no entanto, o percentual de mulheres na faixa de *superior incompleto* é bem maior. No Banco Público A, as diferenças percentuais entre as faixas de escolaridade dos homens e mulheres são bem pequenas.

Os dados da presente pesquisa confirmam os de pesquisas anteriores, concluindo-se que as mulheres são, em termos médios, mais escolarizadas e ocupam percentualmente menos cargos de gerências/chefias, contudo, tal realidade parece estar mudando com a reestruturação dos bancos.

Os dados igualmente demonstram que a escolaridade média dos bancários em cargos de gerências/chefias é maior do que aquela registrada para todos os bancários, sendo que a escolaridade superior dos gerentes/ chefes, incompleta, completa e pós-graduação, varia entre 59,4% no Banco Privado Pequeno C, até 96,4% no Banco Público B, sendo igual a 72,6% do Banco Público A e 94,9% no Banco Privado Grande D. É possível concluir, especialmente em relação aos três grandes bancos aqui analisados, que a escolaridade superior está entre os elementos que parecem influenciar para a progressão na carreira, embora provavelmente seja apenas um elemento entre um conjunto de outros.

A média de tempo como empregado do banco varia significativamente, de acordo com a instituição. Para o Banco Público A é de 18 anos, para o Banco Público B é de 15 anos e 4 meses; no Banco Privado Pequeno C é de 12 anos e 9 meses, e no Privado Grande D, é de 7 anos e 2 meses. O tempo médio de vínculo com o banco entre não bancários e terceirizados é muito mais reduzido, sendo menor do que um ano para os estagiários e menor do que dois anos para os terceirizados.

Quanto à jornada de trabalho diária para todos os bancários nos bancos analisados, fica concentrada entre oito até quase nove horas. Nos

Bancos Públicos A e B as jornadas referidas como efetivamente cumpridas diferem em torno de uma hora, ou seja; são de 8 horas e 33 minutos e 7 horas e 35 minutos, respectivamente. O Banco Privado C tem a média geral mais alta de tempo de permanência para o conjunto dos bancários, sendo igual a 8 horas e 51 minutos. Os bancários do Banco Público B e do Banco Privado Grande D referem os menores tempos de permanência, com 7 horas e 35 minutos e 8 horas e 9 minutos, respectivamente. O Banco D adotou recentemente o ponto eletrônico, tendo proibido o prolongamento das jornadas de seus empregados. Esta foi uma medida adotada para diminuir os gastos decorrentes das reclamações trabalhistas, avaliados como muito altos.

Os gerentes/chefes, em todos os bancos, foram os que referiram as jornadas mais prolongadas, nitidamente mais extensas que as das demais funções. Nos bancos públicos e no Privado C, essas jornadas ultrapassam 9 horas, chegando até 9 horas e 38 minutos no Banco Público A.

Os dados obtidos ainda permitem concluir que as jornadas regulamentares ou oficiais dos bancários, de 6 horas para os não comissionados e de até 8 horas para os cargos de confiança, na prática, são em muito ultrapassadas em todos os bancos e

funções. Como também ressalta o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (1999), as longas jornadas de trabalho desenvolvidas pela maioria dos bancários implicam redução do emprego na categoria, também trazendo prejuízo à saúde e à qualidade de vida, constituindo-se este um tema de grande importância.

No relativo à realização de outra atividade além da bancária, a atividade de estudo, de longe, é a mais citada pelos bancários em todos os bancos, o percentual chegando a 51,7% entre os bancários no Banco Privado Grande D. Entre os bancários do Banco Público B e Banco Privado Pequeno C, têm-se 32,2% e 34%, respectivamente, realizando outras atividades, seja de estudo, trabalho ou estudo e trabalho concomitante. Os bancários do Banco Público A têm os menores percentuais de atividades fora do banco, referidas por apenas 16,3% desses trabalhadores.

No questionário aplicado, os bancários foram também questionados sobre terem sofrido ou não acidentes de trabalho e o tipo deste. Os acidentes mais referidos em todos os bancos são as doenças do trabalho, seguidos pelos acidentes por assalto. A maior ocorrência de acidente por doença, com nítida diferença em relação aos demais bancos, ocorre nos Bancos Privado C e Pú-

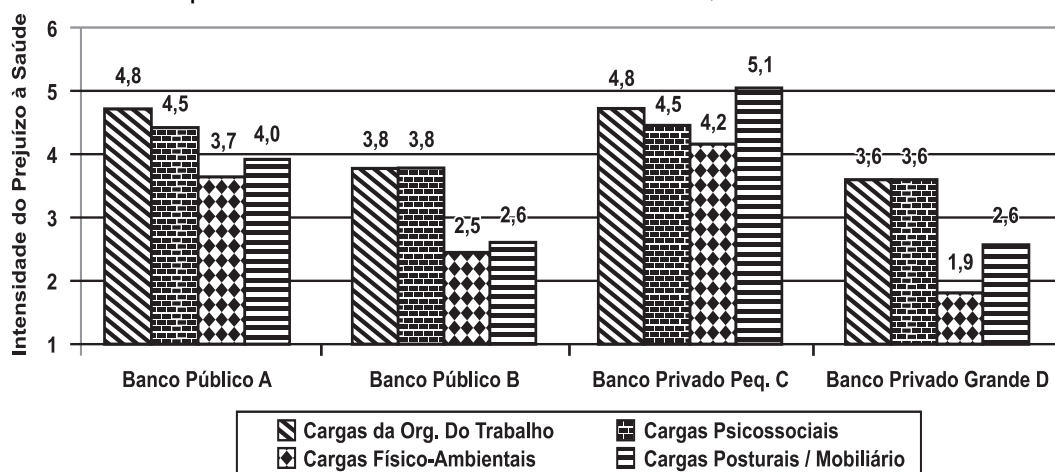


Figura I - Percepção do Prejuízo à Saúde por Tipos de Cargas de Trabalho, por Bancos

* Fonte: Pesquisa de Campo

blico A, estes chegando a ter 30% e 22,5%, respectivamente. As doenças do trabalho foram referidas também por 13,5% dos bancários no Banco Público B e por 6,5% entre os pertencentes ao Banco Privado Grande D. A referência de acidentes por assalto foi também muito alta, especialmente nos Bancos Públicos, com grande destaque para o Banco Público A, em que foi referido por 19,2%.

Observa-se ainda que os caixas são os que referem o maior percentual de acidentes tipo doença, no caso, tratando-se de Lesões por Esforços Repetitivos/Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho, estes seguidos pelos escriturários e depois pelos chefes/gerentes.

O instrumento aplicado aos bancários também questionou aqueles trabalhadores que informaram terem sofrido acidentes de trabalho, se o banco havia emitido a respectiva Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT, que é de preenchimento obrigatório. Concluiu-se que, embora o percentual de acidentados seja maior nos bancos públicos, também o é o índice de subnotificação. Ou seja, nos bancos públicos, tiveram CAT emitida por acidente por doença do trabalho apenas 47% dos acidentados no Banco Público A e 35% no Banco Público B; nos privados, 88% no Banco Privado Pequeno C e 68,2% no Banco Privado Grande.

Estudo das Cargas de Trabalho

As cargas de trabalho, entendidas como demandas psicobiológicas do processo de trabalho, para fins de estudo, são classificadas em quatro tipos, ou seja, relacionadas à organização do trabalho, fatores psicossociais, físico-ambientais, e posturais ou do mobiliário, cada tipo correspondendo a um conjunto de itens do questionário aplicado.

Quanto a cargas da Organização do Trabalho, segundo Paraguay (2003), são relativas à maneira como o trabalho é realizado, ou seja, a forma como

se dá a repartição das funções entre os operadores e destes com os meios e os materiais de trabalho. A organização do trabalho define, portanto, quem faz o quê, como, porquê e em que tempo (BRASIL, 1994).

No construto dos fatores da organização do trabalho estudou-se a importância de cada fator através de médias de 0 a 7, sendo que quanto maior a média, maior é a percepção do bancário sobre o impacto negativo do fator sobre a sua saúde. As médias obtidas entre os bancários de todos os bancos, por ordem de importância foram: exigência de metas (4,9), volume de trabalho excessivo (4,6), inadequação numérica de pessoal (4,5), exigência de esforço mental (4,0), repetitividade das tarefas (3,8), prolongamento da jornada (3,7) e pausas insuficientes (3,4).

As cargas ou fatores psicossociais do trabalho são definidos como as percepções subjetivas que o trabalhador tem do ambiente psíquico, social e das relações de trabalho (FERREIRA JUNIOR, 2000). Couto (2000) destaca como exemplos de fatores psicossociais, as relações interpessoais com as chefias e colegas, os canais e facilidade de comunicação, os estilos de liderança, as formas de tomadas de decisões, o clima psicológico, o grau de satisfação, a segurança e motivação da área de trabalho, entre outros.

No âmbito da presente pesquisa, os fatores que compõem o construto dos fatores psicossociais tiveram as seguintes médias entre bancários, indicando a percepção sobre o grau de prejuízo a saúde a elas relacionadas: atividade estressante (4,97), remuneração inadequada (4,61), insegurança no emprego (4,4), desvalorização do trabalho (4,03), posturas das chefias (3,56), exames médicos do banco insatisfatórios (3,39) e disputas entre os colegas (3,07).

Consideram-se como agentes físicos diversas formas de energia presentes em ambientes de trabalho. Os fatores físico-ambientais estudados tiveram as seguintes médias: ventilação inadequada (3,51), ruído desconfortável (3,24), pouca

ou muita luz (2,77), presença de reflexos luminosos (2,74), higienização/limpeza insatisfatória (2,42), poluentes do ambiente (1,98).

Os fatores posturais e do mobiliário questionados no instrumento aplicado tiveram as seguintes médias indicando a percepção de dano à saúde que causam: posturas inadequadas com os braços/mãos (3,76), posturas inadequadas com a cabeça (3,5), mesa/balcão/guichê desconfortável/inadequado (3,06), equipamentos/máquinas desconfortáveis/inadequadas (3,04), exigências de manter posturas estáticas (2,88), cadeira desconfortável/inadequada (2,86).

Como descrito na metodologia, o comportamento geral das cargas de trabalho por tipo e banco foi analisado através da criação de variáveis sínteses para cada grupo de fatores antes descritos. Os dados são resumidos na figura 1, que compara os bancos estudados entre si.

Pode-se perceber, que as cargas do tipo organização do trabalho e psicossociais são as apontadas como tendo mais peso no adoecimento, o que se repete em todos os bancos. As cargas posturais e do mobiliário são a terceira em ordem de importância, tendo um peso muito grande no Banco Privado C, onde atingem médias particularmente altas, revelando um problema sério e específico deste banco. Em termos gerais, todos os tipos de cargas de trabalho têm maior peso e são percebidas como impactando mais a saúde dos bancários dos Bancos Público A e Privado Pequeno C.

Relativamente às funções e vínculos, observa-se um mesmo fenômeno em todos os bancos, ou seja, os caixas são os que têm maior prejuízo à saúde, para todos os tipos de cargas de trabalho, comparativamente a escriturários e gerentes/chefes. Em seguida, pela intensidade do prejuízo, vêm os escriturários e depois os gerentes/chefes, estes últimos com pouca diferença média relativamente aos escriturários. Nas cargas do tipo posturais/do mobiliário os caixas apresentam uma diferença maior de médias com as outras funções,

revelando que este problema é particularmente importante neste grupo. Os estagiários e terceirizados têm médias sempre bem mais baixas que os bancários.

Os sintomas e problemas de saúde são analisados quanto à sua presença e intensidade, à semelhança das cargas de trabalho, em escala de 0 a 7. Foram ordenados pelos bancários, em ordem de importância dada a suas médias, apresentada nos parênteses, da seguinte maneira: estresse (4,5), a ansiedade (4,38), cansaço mental freqüente (4,03), cansaço físico freqüente (3,81), nervosismo (3,74), dor em queimação nas costas ou pescoço (3,59), dor/desconforto/peso/dormências ou limitação dos movimentos dos braços (3,16), depressão/tristeza, apatia (3,13), dor de cabeça freqüente (2,79), dificuldade de dormir (2,78), dificuldade de memorizar (2,61), alergia/ rinite alérgica (2,52), queimação no estômago/gastrite/úlcera (2,45), pressão alta (0,92), asma/chiado no peito (1,23).

Testes para Inferências causais com o adoecimento: Análise de Variância e Teste Duncan

A análise dos dados foi realizada também pelo estudo de diferenças entre médias, testes de correlação e significâncias, de forma a estudar como variáveis tais como banco a que pertence, função/vínculo, cargas de trabalho, sexo, idade, escolaridade, tempo de banco e jornada de trabalho modificam a variável efeito, ou seja, o desgaste/adoecimento.

Os testes estatísticos utilizados para a avaliação das médias do desgaste/ adoecimento, neste ponto, são a Análise de Variância de Médias (ou Anova) com significância de 5%, o teste apontando se as médias diferem ou não entre si. O teste de Duncan complementa a avaliação descrevendo quais são, especificamente, as médias de desgaste/adoecimento que se diferenciam, classificando-as em grupos. As médias que ficam num mesmo grupo não diferem entre si, ao contrário das que fi-

cam em grupos distintos. Os testes estudaram a população de bancários, excluindo-se os estagiários e terceirizados, as médias obtidas são apresentadas nos parênteses.

Realizado o estudo de Análise de Variância ou Anova para a comparação das médias do desgaste/ adocimento de acordo com o banco a que pertencem, constata-se que há dois grupos de médias, ou seja, o primeiro do Banco Público A (4,05) e Privado Pequeno C (4,23) - que não diferem entre si, sendo estas maiores e diferentes das do grupo formado pelos Banco Público B (3,06) e Privado Grande D (3,26).

No relativo a funções ou vínculos, considerando-se todos os bancos, os testes indicaram que o grupo menos adoecido é o dos estagiários e terceirizados (2,06), seguindo-se um segundo grupo representado pelos chefes/gerentes (3,24) e escriturários (3,43), cujas médias não são distintas entre si. Para toda a população amostral, o grupo mais adoecido é o dos caixas (3,84). No Banco Público B os mais adoecidos incluíram os escriturários (3,15) juntamente com os caixas (3,20). Nos dois bancos privados, quando analisados em separado, as funções de gerentes, escriturários e caixas tiveram médias que não diferiram entre si, indicando que o grau de adoecimento não se distingue muito entre as funções.

As médias da variável desgaste/ adocimento foram iguais a 3,36 para o sexo masculino e a 3,65 para o sexo feminino. As médias, sendo apenas duas, foram comparadas pelo teste *t-Student*, que concluiu por haver diferenças significativas entre as médias, podendo-se afirmar que as mulheres têm, em média, um adoecimento referido diferente e maior que o dos homens. A discreta variação entre as médias dos dois sexos, no entanto, também sugere que as diferenças não são grandes.

Para fins de avaliação da influência da idade com o efeito desgaste/ adocimento, divide-se os bancários em quatro faixas etárias, ou seja, até 29 anos, de 30 a 39 anos, de 40 a 49 anos e mais que 50 anos. Aplicado o teste de Análise de Variância e de Duncan por faixas etárias, permitindo-

se afirmar que a média do desgaste/ adocimento do grupo de 40 a 49 anos é distinto e maior (3,79), comparativamente ao das demais faixas etárias, sugerindo que este grupo é mais adoecido. O grupo intermediário é o de 30 a 39 anos, com média 3,58. Os menos adoecidos são os mais jovens, na faixa de até 29 anos e os mais velhos, acima de 50 anos, cujas médias não apresentaram diferenças estatisticamente significativas, sendo iguais a 3,05 e 3,15 respectivamente. Conclui-se que a idade parece ter influência sobre o adoecimento, embora alterando apenas discretamente as médias, não existindo uma relação sempre crescente entre a idade e o adoecimento.

No relativo à escolaridade por faixa, constatou-se que os bancários se dividem em dois grupos, o primeiro, menos adoecido, inclui os bancários com pós-graduação (2,79) e curso superior incompleto (3,35), o segundo, com maior desgaste/ adocimento referido incluindo as escolaridades superior completo (3,50), 2º grau completo (3,94) e 2º grau incompleto (4,02).

Quanto ao tempo de permanência no banco, observa-se que a percepção do desgaste/ adocimento é muito menor no grupo que trabalha até um ano, (1,90) comparativamente aos que tem mais tempo de banco. A partir de dois anos de banco, o aumento do tempo de permanência parece pouco modificar a média do desgaste/ adocimento, que varia de 3,28 a 3,74.

No relativo à jornada de trabalho efetivamente cumprida por dia, o teste Duncan divide a população em três grupos distintos, ou seja, um primeiro grupo que não extrapola a jornada regulamentar, com média de adoecimento de 2,60, um segundo grupo que realiza entre 6 e 8 horas (média 3,36) e um terceiro que reúne os que realizam mais de dez horas (3,81) e entre oito e dez horas (3,91). Observa-se que há uma importante diferença entre as médias entre o primeiro e o terceiro grupo, o que demonstra que o fator tempo da jornada parece influenciar significamente o aumento da gênese do desgaste/ adocimento.

Também estudou-se como a intensidade

percebida das cargas de trabalho por tipo influencia a variável desgaste/adoecimento. Observou-se que quando as cargas do tipo organização do trabalho, psicossociais, físico-ambientais e posturais/do mobiliário vão crescendo em intensidade referida de prejuízo à saúde, passando das faixas de 0 até 0,99 para a de 1 até 2,99, depois para a de 3 a 4,99 e por fim para a de 5 até 7, observa-se um concomitante aumento nítido das médias do desgaste/ adoecimento referidas. As variações constatadas sugerem uma relação forte e direta entre as mesmas. As diferenças entre as médias são apresentadas para o item organização do trabalho, na Tabela 1.

Tabela 1: Agrupamento das Médias do Desgaste/ Adoecimento em Relação à Intensidade da Carga Tipo “Organização do Trabalho”

Carga de Trabalho	N	Teste Duncan			
		Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
Organização do Trabalho					
De 0 a 1	93	0,934			
De 1 a 3	185		2,133		
De 3 a 5	384			3,338	
De 5 a 7	421				4,835
Sig		1,0	1,0	1,0	1,0

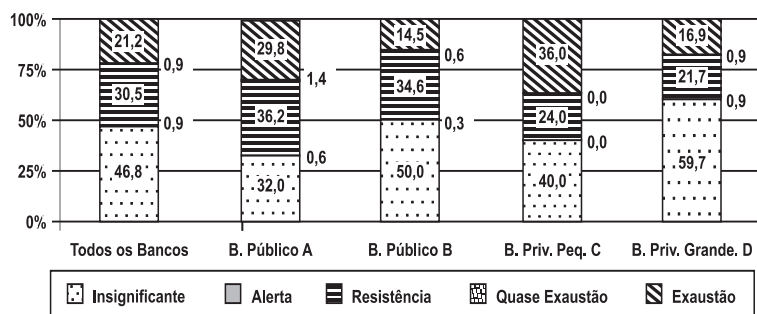


Figura 2- Fases do Estresse por Banco
* Fonte: Pesquisa de Campo

Observa-se que as médias são classificadas em quatro grupos distintos, indicando que cada média é

estatisticamente diferente. A mesma forma de divisão em quatro grupos se repete para os demais tipos de cargas de trabalho. Os dados sugerem um crescimento simultâneo das variáveis cargas de trabalho e desgaste/adoecimento. Os bancários que referem as cargas de trabalho mais altas são também os mais adoecidos, e vice-versa. Conclui-se que as mudanças da intensidade das cargas de trabalho são os fatores que mais têm impacto sobre a produção de diferenças entre as médias da variável desgaste/ adoecimento, demonstrando que impactam muito o adoecimento.

Avaliação dos variáveis relacionadas ao estresse e suas fases pelo Teste Exato de Fisher e Resíduo Ajustado

Estudou-se o estresse e suas fases pela aplicação do teste Lipp, a pontuação “insignificante” representando a ausência de estresse. Os resultados para os bancários em geral e por bancos são apresentados na Figura 2. A ausência de estresse é indicada por pontuação “insignificante”.

Observa-se que os percentuais de bancários estressados, somando-se todas as fases do estresse, são muito altos em todos os bancos estudados. São 68% no Banco Público A, 60% no Banco Privado Pequeno C, 50% no Banco Público B e mais de 40% no Banco Privado Grande D. Em todos os bancos analisados também encontrou-se um percentual bastante alto de bancários em fase de exaustão. Os bancários com estresse em fase de exaustão chegam a somar 36% no Banco Privado Pequeno C e cerca de 30% no Banco Público A.

Aplicou-se o Teste Exato de Fisher com nível de significância a 5%, por simulação de Monte Carlo e resíduo ajustado para indicar o que impacta mais o estresse e suas fases. Os resíduos ajustados positivos e maiores do que 1,96 evidenciam associa-

ções diretas e significantes.

Através do resíduo ajustado, foram evidenciadas as seguintes associações entre as variáveis descritas e o teste Lipp para o estresse e suas fases, da seguinte forma, todas tendo sido estatisticamente significativas:

Associação entre ausência de estresse (fase insignificante) e os bancários do Banco Privado Grande D. Os dois bancos públicos estão associados a estresse em fase de resistência. O estresse em exaustão está correlacionado com os Bancos Público A e Privado Pequeno C, sendo mais forte a vinculação para o Banco Público A.

No relativo a funções/vínculos, identifica-se associação entre estagiários, terceirizados e também chefes/gerentes com a ausência de estresse. Por outro lado, o estresse em fase de exaustão está associado com as funções de caixa e escriturário, de forma mais intensa para os caixas.

Quanto às relações entre as fases do estresse e o sexo, observa-se associação entre sexo masculino e ausência de estresse e, por outro lado, também entre o sexo feminino e o estresse em fase de exaustão.

No relativo à variável idade por faixas, as associações encontradas foram entre ausência de estresse e faixa etária até 29 anos e estresse em fase de resistência e faixa etária de 40 a 49 anos. O estresse em faixa etária de exaustão não foi associado com qualquer das faixas etárias.

No relativo à escolaridade por faixas, pode-se verificar a significância das relações entre escolaridade ao nível de pós-graduação e estresse insignificante e ainda escolaridade superior completa e estresse em fase de resistência. Também se constata uma associação significativa entre um tempo de banco de até 10 anos e a ausência de estresse e de tempo de banco entre 15 e 20 anos e estresse em fase de resistência. Na fase de exaustão, não houve associações significantes.

Quanto à jornada de trabalho e o estresse, as associações ocorrem entre tempo de jornada de até 6 horas e estresse inexistente e, por outro lado, entre carga horária entre 8 e 10 horas e estresse em fase de exaustão.

Na análise das cargas de trabalho identificou-

se uma associação forte entre a percepção das cargas de trabalho em intensidade até 2,99 e a ausência de estresse (fase insignificante). Por outro lado, também há uma vinculação forte entre cargas de trabalho entre 5 e 7 e o estresse em fase de exaustão. Ainda, há associações significantes, intermediárias, entre cargas de trabalho acima de 3 até 7 e o estresse em fase de resistência. Observa-se da mesma forma que, para o desgaste/ adoecimento, o aumento das cargas de trabalho é o fator que, de forma mais nítida e marcante, impacta a prevalência e a gravidade do estresse.

Inferências causais com o adoecimento: regressão linear múltipla e coeficiente de determinação

Pela regressão linear múltipla estudou-se a relação entre os quatro tipos principais de cargas de trabalho, organizacionais, psicossociais, físico-ambientais e posturais/mobiliário, tomadas como variáveis independentes ou causais, e a capacidade destas para explicar a variável resposta, dependente, no caso, o desgaste/ adoecimento. Os coeficientes, como o valor de R² encontrados refletem a intensidade da relação entre cada variável explicativa com a variável resposta. Os achados são descritos na Tabela 2.

Tabela 2 - Resultados da Regressão Linear Múltipla para as Médias das Cargas de Trabalho por Bancos

Bancos	R	R ²	Durbin-Watson
Todos os Bancos	0,772	0,595	1,906
Banco Público (A)	0,657	0,432	1,644
Banco Público (B)	0,618	0,383	1,924
Banco Privado Pequeno (C)	0,772	0,596	2,097
Banco Privado Grande (D)	0,852	0,725	1,820

Variável Dependente: Desgaste/ Adoecimento
Variáveis Regressoras: Médias das Cargas da Org. do Trabalho, Psicossociais, Físico-Amb. e Post./ Mobiliário

Exemplificando com o caso da primeira linha da tabela, relativa a todos os bancos, o coeficiente de determinação R² obtido é igual a 0,595, podendo-se afirmar que aproximadamente 60% da variável Desgaste/Adoecimento são explicados pelas variáveis cargas de trabalho do tipo psicossociais, da organização do trabalho, físico-ambientais e posturais/do mobiliário.

Pelo estudo de cada banco em particular, obteve-se uma correlação com o desgaste/adoecimento maior nos bancos privados. No Banco Privado Grande D, o R² obtido explica o adoecimento em aproximadamente 73%; no Privado Pequeno C, em aproximadamente 60%, no Público A, em 43% e no Público B, em 38%. Todos os quatro tipos de carga de trabalho, ditas variáveis regressoras, são estatisticamente significantes para a determinação do efeito desgaste/adoecimento, o que ocorre tanto quando se analisa toda a população amostral como quando se estuda cada banco em particular.

Buscou-se também conhecer os coeficientes “B” e “T”, que refletem a intensidade da relação de cada variável explicativa com a variável resposta. Portanto, os mesmos classificam as variáveis regressoras, por ordem de importância para a explicação do efeito, o desgaste/adoecimento.

Tabela 3 - Coeficiente B e T para as Variáveis Regressoras Cargas de Trabalho por Banco

Todos os Bancos	B	T	Sig.
Média das Cargas Psicossociais	0,334	10,666	<0,01**
Média das Cargas da Org. do Trabalho	0,302	10,203	<0,01**
Média das Cargas Físico-Ambientais	0,0889	3,709	<0,01**
Média das Cargas Posturais/ Mobiliário	0,0833	3,560	<0,01**

Variável Dependente: Desgaste/ Adoecimento

Variáveis Regressoras: Médias das Cargas da Org. do Trabalho, Psicossociais, Físico-Amb.e Post./ Mobiliário

** Teste t significativo a 1%; * Teste t significativo a 5%;

Na regressão realizada para todos os bancos e toda a população, incluindo-se terceirizados e estagiários, os maiores coeficientes B e T são relativos às cargas psicossociais e da organização do trabalho. As cargas físico-ambientais e posturais/do mobiliário tiveram coeficientes bastante baixos. As diferenças entre os coeficientes indicam que os dois primeiros tipos de cargas de trabalho, ou variáveis, têm muito mais poder explicativo para o modelo da gênese do adoecimento comparativamente às físico-ambientais e às posturais/do mobiliário.

Na análise por banco, realizada exclusivamente com a população de bancários, observou-se que, nos Bancos Público B e Privado C, as médias das cargas psicossociais são as variáveis relacionadas a mais adoecimento, classificadas em primeiro lugar pelos coeficientes, enquanto no Banco Público A tem-se como média mais importante a da organização do trabalho. Os dois tipos de cargas, psicossociais e da organização do trabalho alternam-se entre o primeiro e o segundo lugar entre os bancos, exceto no Banco Privado C, onde o peso das cargas posturais/do mobiliário e físico-ambientais é também muito alto. As cargas posturais/do mobiliário ocupam o terceiro lugar em importância para a explicação do desgaste/adoecimento nos bancos públicos e o último no Banco Privado Grande D. As cargas físico-ambientais, por sua vez, demonstram que têm peso bem pouco expressivo comparativamente às demais, aparecendo em último lugar, exceto no Banco Privado Pequeno C.

O grau de associação entre variáveis estudadas é também avaliado através do teste de correlação de Pearson (r) e especialmente através do coeficiente de determinação, que é medido pelo quadrado do coeficiente de correlação de Pearson ou r². O valor de r² indica a proporção da variação de x que é explicada por y (ou vice-versa), tendo seus extremos entre 0 e 1.

No presente estudo, consideramos como variáveis y, causais, as cargas de trabalho por tipo e como variável x, de efeito, o desgaste/adoecimen-

to. Na figura 3, apresentam-se os coeficientes de determinação, onde se observa que o peso dos fatores psicossociais e organizacionais é nitidamente maior relativamente aos demais, físico-ambientais e posturais/do mobiliário, o que só não ocorre no Banco Privado Pequeno C. Além do mais, pode-se constatar que, nos dois bancos privados, as cargas do trabalho de todos os tipos, e mais especificamente as psicossociais e da organização do trabalho, determinam mais o desgaste/adoecimento comparativamente aos bancos públicos.

Os coeficientes de determinação são também apresentados discriminados pelas funções bancárias principais e para os estagiários e terceirizados na Figura 4.

A partir dos dados das Figuras 3 e 4 pode-se concluir que os maiores valores do coeficiente de determinação para as cargas psicossociais e da organização do trabalho são um fenômeno que se repete em todos os bancos e em todas as fun-

ções bancárias, inclusive entre estagiários e terceirizados. O grupo dos gerentes/chefes tem, entre todas as funções, os maiores valores de coeficiente de determinação para as cargas do tipo organização do trabalho e psicossociais, o segundo grupo sendo o dos caixas e dos terceirizados. Entre os chefes/gerentes, os fatores organizacionais são discretamente mais importantes que os psicossociais, situação que é inversa no grupo dos caixas e escriturários. Os fatores físico-ambientais e posturais e do mobiliário têm discreto maior peso entre os gerentes/ chefes e os caixas, além dos terceirizados.

A pesquisa do coeficiente de determinação foi também realizada com referência aos itens das cargas de trabalho, sendo que os dez fatores mais implicados com a variável desgaste/adoecimento, classificados pelos seus coeficiente de determinação, são apresentados na tabela 4. São discriminados por banco e apresentados em ordem

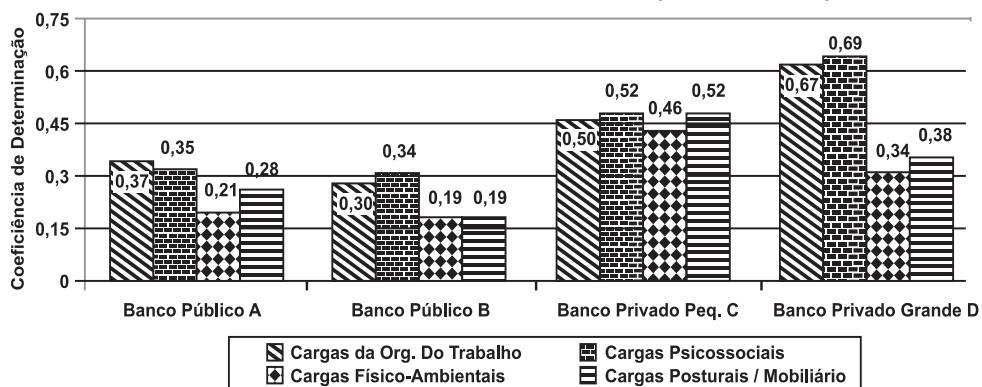


Figura 3 - Coeficientes de Determinação entre Cargas de Trabalho e Desgaste / Adoecimento, por Bancos

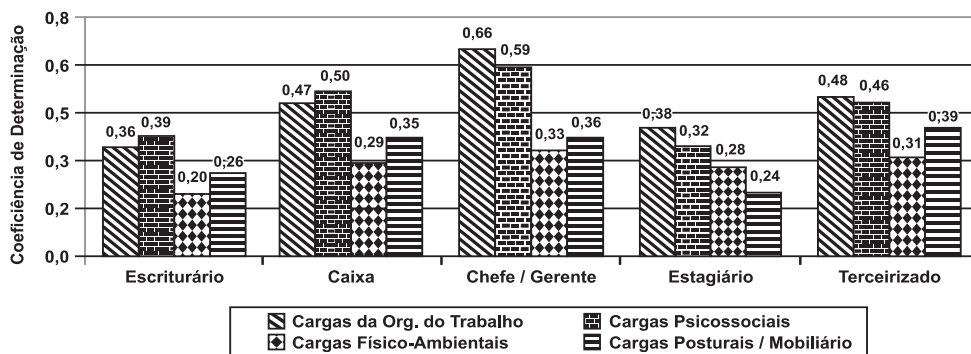


Figura 4 - Coeficiente de Determinação entre Cargas de Trabalho e Desgaste / Adoecimento por Função e Vínculo

decrecente dos valores dos coeficientes de determinação associados a cada fator.

Numa análise comparativa entre os bancos, percebe-se, por exemplo, que o item exigência de esforço mental aparece com destaque em todos os bancos investigados, também a desvalorização do trabalho e o volume de trabalho excessivo, este último, com exceção do Banco Privado Pequeno C. Os fatores posturais, relativos à cabeça e aos braços estão mais evidenciados nos bancos públicos e no Banco Privado Pequeno C. Este Banco C é também destaque pela importância dos fato-

res relacionados às condições ambientais e de mobiliário, sendo o único em que aparecem, entre os principais fatores determinando desgaste/ adoecimento, a problemática das cadeiras e mesas e também da luz, além do ruído, este último também sendo ressaltado no Banco Público B. No Banco Privado Grande D, além de haver, em média, coeficientes de determinação com o adoecimento bem mais altos do que nos bancos públicos, também se observa que, entre os dez principais fatores, só existem itens relativos a fatores organizacionais e psicossociais. É o único banco que tem,

Tabela 4 - Coeficientes de Determinação para Cargas de Trabalho em Ordem Decrescente de Importância, por Banco

Banco Público A		Banco Público B	
Exigência de esforço mental	0,30	Posturas c/ os braços/ mãos	0,24
Posturas com a cabeça	0,30	Exigência de esforço mental	0,23
Posturas inadeq. c/ braços/ mãos	0,24	Posturas com a cabeça	0,21
Desvalorização do seu trabalho	0,23	Atividade estressante	0,20
Volume de trabalho excessivo	0,23	Desvalorização do trabalho	0,19
Pausas insuficientes	0,23	Ruído desconfortável-	0,19
Atividade estressante	0,23	Volume de trabalho excessivo	0,17
Posturas estáticas	0,22	Repetitividade das tarefas	0,17
Prolongamento da jornada	0,21	Insegurança emprego	0,17
Repetitividade das tarefas	0,20	Exames med. Insatisfatórios	0,17
Banco Privado Pequeno C		Banco Privado Grande D	
Posturas com a cabeça	0,55	Volume de trabalho excessivo	0,56
Repetitividade das tarefas	0,52	Posturas das chefias	0,54
Atividade estressante	0,50	Atividade estressante	0,53
Posturas inad./ desconf. braços/ mãos	0,43	Exigência de esforço mental	0,53
Ruído desconfortável	0,42	Exigência de metas	0,52
Exigência de esforço mental	0,42	Desvalorização do trabalho	0,48
Pouca ou muita luz	0,42	Disputa entre os colegas	0,48
Desvalorização do seu trabalho	0,40	Inadeq. numérica de pessoal	0,46
Cadeira desconf/ inadequada	0,37	Pausas insuficientes	0,45
Mesa/ balcão/ guichê desc./ inadeq.	0,34	Prolongamento da jornada	0,45

entre os dez principais fatores que determinam o adoecimento, itens como a postura das chefias, a exigência de metas e a disputa entre colegas.

Relativamente às diferenciações por função quanto aos coeficientes de determinação, os fatores que aparecem com destaque entre todos os trabalhadores, sejam escriturários, caixas e gerentes/chefias, são a exigência de esforço mental, atividade estressante, volume de trabalho excessivo e as posturas das chefias. Entre caixas e gerentes/chefias, os itens de maior peso na determinação do adoecimento são o prolongamento da jornada e as pausas insuficientes. Para escriturários e caixas, o maior destaque é para os problemas posturais com a cabeça e braços/mãos e os exames médicos insatisfatórios. Os gerentes/chefes e escriturários têm em comum os maiores coeficientes para desvalorização do trabalho, repetitividade das tarefas e inadequação numérica de pessoal. As exigências de metas têm mais importância para a gênese do desgaste/adoecimento entre os gerentes/chefes e o ruído desconfortável entre os caixas.

CONCLUSÕES

A análise dos dados através de testes estatísticos de inferência causal pela regressão linear e coeficiente de determinação permitiu chegar-se a conclusões distintas e aprofundadas relativamente àquelas que foram obtidas através da simples comparação de médias entre os bancos. Demonstrou-se que, apesar de os bancários dos Bancos Público A e Privado Pequeno C sentirem-se mais adoecidos, é nos bancos privados, principalmente o Privado Grande D, mais moderno e reestruturado, que os testes de inferência identificam uma relação mais forte entre as cargas de trabalho, principalmente as da organização do trabalho e psicossociais, com a determinação do adoecimento. Conclui-se, portanto, que a reestruturação produtiva aumentou os riscos para a saúde dos trabalhadores, tendendo a adoecê-los em menos tempo, ainda jovens, dispensando-os após alguns anos.

O presente trabalho demonstrou a existência de hierarquização das cargas de trabalho, conhecimento que é de grande valia para orientar as ações do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região. Os dados apontaram quais elementos deverão ser priorizados com vistas a uma política preventiva em saúde do trabalhador.

Aponta-se ser necessário que as entidades sindicais invistam em uma política global, nacional, de fiscalização sobre as jornadas de trabalho, de regulamentação para a exigência de metas, por exemplo, entre outras medidas, o que poderá ter grande efeito positivo sobre a saúde dos bancários.

A pesquisa também avançou e consolidou, para o Sindicato dos Bancários, a construção de uma metodologia de investigação em saúde do trabalhador que tem a “fala coletiva dos bancários” como instrumento privilegiado para o conhecimento da realidade.

REFERÊNCIAS

- ASSUNÇÃO, Ada A. A saúde bancária na era moderna: fatores de risco. In: **A Saúde no Trabalho Bancário**. São Paulo: INST; CNB; CUT, 1993.
- BLASS, Leila M. **O trabalho bancário: O (Re) Fazer de Todo Instante**. São Paulo: Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo, 1992.
- BRANDIMILLER, Primo A. Automação bancária e saúde. **Informação Sindical**, São Paulo, v. 1, n. 17, Nov., Brasil 1992.
- CAMPello, Jaqueline C. O Trabalho Bancário e seus Reflexos sobre a Saúde. In: FONSECA, Tânia M. G. (Org.). **Modos de trabalhar, modos de subjetivar: tempos de reestruturação produtiva: um estudo de caso**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.
- CAMPello, Jaqueline C.; OLIVEIRA, Paulo Antônio. B.; NETZ, Jacéia A.; SALLES MACHADO, Mauro. Aplicação de uma metodologia de intervenção ergonômica a partir da demanda e organi-

- zação dos trabalhadores: a experiência do sindicato dos bancários de Porto Alegre. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ERGONOMIA, 7.; CONGRESSO BRASILEIRO DE ERGONOMIA, 12., Recife, 2002. **Anais...** Recife, 2002. 1 CD.
- CANÊDO, Letícia B. **O Sindicalismo bancário em São Paulo**. São Paulo: Edições Símbolo, 1978.
- COUTO, Hudson A. **Novas Perspectivas na abordagem preventiva das LER/ DORT – fenômeno L.E.R./D.O.R.T. no Brasil**: natureza, determinantes e alternativas das organizações e dos demais atores sociais para lidar com a questão. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000. 2 v.
- DEAN, A. G. et al. **Epi Info, version 6**: a word processing, database and statistics program for epidemiology on microcomputers. Atlanta: Centers for Disease Control and Prevention, 1994.
- DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS - DIEESE. **Profissão bancário**: perfil da categoria. São Paulo: DIEESE, 1980. (Séria Estudos Sócio-Econômicos, 5).
- _____. Polivalência: qualificação ou intensificação do trabalho? In: _____. **Trabalho e reestruturação produtiva**: 10 anos de linha de produção. São Paulo: DIEESE, 1994.
- _____. **Estudos setoriais, linha bancários**: um balanço do emprego bancário no Brasil em 1999. São Paulo: DIEESE, 2000. (Emprego Bancário, Informativo n. 3).
- _____. **Os rostos dos bancários**: mapa de gênero e raça do setor bancário brasileiro. São Paulo: DIEESE/CNB/CUT, 2001.
- DRUCK, G.; FILGUEIRAS, L. A Reestruturação Produtiva e os Impactos sobre o Trabalho e o Emprego Bancário na Bahia/Brasil. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA DO TRABALHO, 3., Buenos Aires, 2000. **Anais...**, Buenos Aires, 2000.
- FERREIRA, Mário C. A síndrome da condição bancária. In: **A SAÚDE no Trabalho Bancário**. São Paulo: INST, CNB, CUT, 1993.
- GRUN, Roberto. Taylorismo e fordismo no trabalho bancário: Agentes e cenários. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 2, 1986.
- GRISCI, Carmen L. I. Modos de experimentar o tempo no contexto da reestruturação bancária. In: FONSECA, Tânia M. G. (Org.). **Modos de trabalhar, modos de subjetivar**: tempos de reestruturação produtiva: um estudo de caso. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- HOEFEL, Maria da Graça L. **Saúde-enfermidade-trabalho**: síndrome do sobrevivente (Estudo de Caso no Setor Financeiro). 2002. Tese (Doutorado em Sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- JINKINGS, Nise. **O mister de fazer dinheiro**: automação e subjetividade no trabalho bancário. São Paulo. Boitempo, 1995.
- _____. **Trabalho e resistência na “Fonte Misteriosa”**: os bancários no mundo da eletrônica e do dinheiro. São Paulo: Unicamp, 2002.
- LARANJEIRA, Sonia M. G. Productive restructuring in bankins sector: the reality of the 1990's. **Educação e sociedade**, Campinas, v. 18, n. 61, p. 110-138, dez. 1997.
- LAZZAROTTO, Gislei D. R. Modos de experimentar o não-trabalho: desemprego no contexto da reestruturação bancária. In: FONSECA, Tânia M. G. (Org.). **Modos de trabalhar, modos de subjetivar**: tempos de reestruturação produtiva: um estudo de caso. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- LIMA, Maria Elizabeth A. A LER no setor bancário. In: LIMA, M. E. A.; ARAÚJO, J. N. G.; LIMA, F. P. A. **LER – Lesões por Esforços Repetitivos**: dimensões ergonômicas e psicossociais. Belo Horizonte: Health, 1998.
- LIPP, Marilda N. **Manual do inventário de sintomas de stress para adultos de Lipp** (ISSL). São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.
- MERLO, Álvaro. R. C. **A informática no Brasil**: prazer e sofrimento no trabalho. Porto Ale-

gre: UFRGS, 1999.

_____. *Psicodinâmica do Trabalho*. In: JACQUES, Maria da G.; Codo, Wanderley. (Org.). **Saúde mental & trabalho**: leituras. Petrópolis: Vozes, 2002.

MERLO, Álvaro. R. C.; BARBARINI, Neuzi. Reestruturação produtiva no setor bancário brasileiro e sofrimento dos caixas executivos: um estudo de caso. **Psicologia & Sociedade**, v. 14, n. 1, p. 103-122, jan./jun.2002.

BRASIL; Ministério do Trabalho. Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho. **Norma Regulamentadora nº 17**. Brasília, 1994.

FERREIRA JUNIOR, M. **Saúde no trabalho**: temas básicos para o profissional que cuida da saúde dos trabalhadores. São Paulo: Roca, 2000. v. 1. 357 p

GUÉRIN F. et al. **Compreender o trabalho para transformá-lo**: a prática da ergonomia. São Paulo: Edgar Blücher, 2001.

MACHADO, Jorge Mesquita Huet. Worker's Health Surveillance. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, p. 33-45, 1997.

NETZ, Jacéia A.; SALLES MACHADO, Mauro. **Saúde do trabalhador pelos sindicatos**: a experiência dos bancários. Porto Alegre, 2003 (No prelo).

OLIVEIRA, Paulo Antônio B. **Fatores humanos e organização do trabalho**: parte II. Porto Alegre: PPGEP-UFRGS, 2001.

PARAGUAY, Ana I. B. B. Da organização do trabalho e seus impactos sobre a saúde dos trabalhadores. In: MENDES, René. **Patologia do trabalho**. Ed. atualizada e ampliada. São Paulo: Atheneu, 2003.

ROMANELLI, Geraldo. **O Provisório definitivo**: trabalho e aspirações de bancários em São Paulo. 1978. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

SALES, R. L. **Reforma e desprofissionalização do trabalho bancário**: modernização tecnológica, relações de trabalho e práticas de resistência. São Paulo: Iglu Editora, 1986.

SATO, Leny. The common-sense knowlwdge and its implication for the occupational health surveillance. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 489-495, out./dez. 1996.

SEGNINI, Liliana. **Mulheres no trabalho bancário**: difusão tecnológica, qualificação e relações de gênero. São Paulo: FAPESP, EDUSP, 1998.

_____. Reestruturação nos bancos no Brasil: desemprego, subcontratação e intensificação do trabalho. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 67, Ago. 1999.

SELIGMAN-SILVA, Edith. **Desgaste mental no trabalho dominado**. Rio de Janeiro: UFRJ, Cortez, 1994.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE PORTO ALEGRE. FEDERAÇÃO DOS BANCÁRIOS DO RIO GRANDE DO SUL. **Censo bancário**: avaliação de saúde dos bancários do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, 1997.

SPSS INCORPORATION. **SPSS for Windows**: statistical package for the social sciences. Chicago: SPSS Inc, 1997. Release 8.0.